



B3

Moedas

Ibovespa 168.278 pts ↓ -0,1% Dólar Comercial R\$ 5,174 ↑ 1,3% Dólar Turismo R\$ 5,382 ↑ 1,53% Euro Comercial R\$ 5,927 ↑ 0,97% Euro Turismo R\$ 6,181 ↑ 1,01%

Avanços da Reforma Tributária preservam competitividade do coop agro



A regulamentação da Reforma Tributária consolidou uma das principais vitórias defendidas pelo agronegócio e pelo cooperativismo brasileiro durante a tramitação do novo sistema de impostos sobre o consumo: o reconhecimento das especificidades do ato cooperativo e a construção de mecanismos para evitar aumento de custos ao setor produtivo.

Ao longo das negociações no Congresso, o cooperativismo atuou para garantir que a nova estrutura tributária não comprometesse a competitividade de um modelo responsável por movimentar cadeias inteiras da economia brasileira, especialmente no interior do país.

A preocupação do setor esteve concentrada principalmente nos impactos que a incidência dos novos tributos, IBS e CBS, poderia gerar sobre operações realizadas entre cooperativas e cooperados. Representantes do segmento alertaram que um tratamento inadequado poderia provocar cumulatividade tributária, elevar custos da produção e reduzir competitividade das cooperativas diante de empresas tradicionais.

Presidente executiva do Sistema OCB, Tania Zanella afirma que a regulamentação representou um avanço importante ao reconhecer as características próprias do modelo de negócios dentro da nova lógica tributária brasileira. “O cooperativismo possui uma dinâmica própria de funcionamento e precisava ter isso respeitado dentro da regulamentação. O reconhecimento do ato cooperativo garante segurança jurídica, preserva a competitividade do setor e

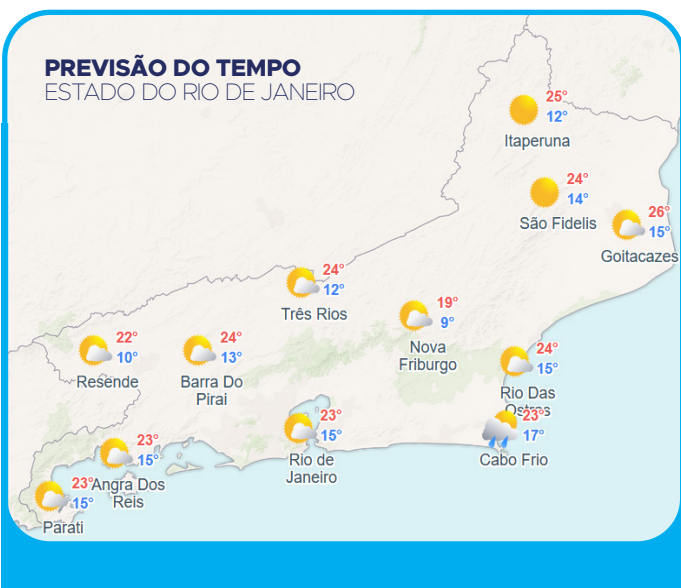
protege milhares de produtores que dependem das cooperativas em todo o país”, afirma.

Segundo ela, o impacto do tema ultrapassa o ambiente tributário e atinge diretamente a economia de centenas de municípios brasileiros. “Em muitas regiões, cooperativas agropecuárias estruturam cadeias produtivas inteiras, oferecem assistência técnica, armazenagem, acesso ao crédito e capacidade de comercialização para pequenos e médios produtores rurais,” destaca.

Competitividade

O deputado federal Pedro Lupion (PR), presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) e integrante da Frente Parlamentar do Cooperativismo (Frencoop), esteve entre os parlamentares que lideraram a articulação no Congresso em defesa do cooperativismo na Reforma Tributária. Durante a tramitação da proposta, Lupion atuou na interlocução entre setor produtivo, bancada agropecuária e equipe econômica para assegurar que o texto final preservasse a competitividade dessas organizações.

Para o parlamentar, a manutenção do adequado tratamento tributário ao ato cooperativo foi fundamental para evitar distorções capazes de impactar diretamente os custos da produção nacional. “O cooperativismo é parte essencial da estrutura do agro brasileiro. Garantir segu-



rança jurídica e respeito ao ato cooperativo significa proteger produtores, preservar empregos e fortalecer a competitividade do Brasil”.

Força coletiva

As discussões ganharam intensidade principalmente durante a análise da PEC 45/2019 (EC 132/2023) e do Projeto de Lei Complementar que regulamentou a Reforma Tributária (LC 214/2025). Técnicos do setor cooperativista alertaram que a ausência de regras específicas poderia gerar tributação em cascata sobre operações internas das cooperativas, afetando desde a produção agropecuária até serviços de crédito e saúde.

O Sistema OCB defendeu ao longo das negociações pontos considerados estratégicos, como a não incidência tributária sobre atos cooperativos, mecanismos de aproveitamento de créditos tributários e regras que evitassem dupla tributação em operações realizadas entre cooperativa e cooperado.

Para Tania Zanella, o processo demonstrou a capacidade de articulação institucional do cooperativismo brasileiro e consolidou um ambiente mais seguro para expansão do setor nos próximos anos. “A Reforma Tributária trouxe desafios, mas também abriu espaço para fortalecer o reconhecimento do cooperativismo dentro da economia brasileira e a preservação da sua capacidade de continuar gerando oportunidades, renda e desenvolvimento para o país”, afirma.

A expectativa do setor agora se concentra na regulamentação complementar e na implementação prática do novo sistema tributário. O cooperativismo seguirá acompanhando os próximos desdobramentos para assegurar que as regras aprovadas sejam aplicadas de forma alinhada às especificidades do modelo cooperativo.



PESQUISA DE INOVAÇÃO
NO COOPERATIVISMO 2026

**ONDE SUA COOPERATIVA
QUER ESTAR EM 2027?**
Sua resposta pode ajudar a
construir esse futuro

Participe até 10 de julho

inova.coop Sistema OCB

Cooperativismo brasileiro fortalece aproximação com o Cooperativismo na África

O presidente do Conselho de Administração do Sistema OCB Márcio Lopes de Freitas, se reuniu na quarta-feira (17), com o do presidente da Aliança Cooperativa Internacional na África (ACI- África), Macloud Malonza, e com a diretora regional da organização, Rose Karimi, para uma reunião institucional.

Durante a conversa, foram discutidas iniciativas voltadas ao intercâmbio de experiências, ao fortalecimento institucional das cooperativas e à ampliação da colaboração entre Brasil e África em agendas de interesse comum.

A reunião também permitiu a troca de percepções sobre os desafios enfrentados pelo cooperativismo em diferentes regiões do mundo e sobre o papel da ACI na promoção de soluções capazes de ampliar o impacto econômico e social das cooperativas.

Um dos destaques foi a retomada dos resultados da missão realizada no Quênia, em abril deste ano.

Na ocasião, João Penna, coordenador de Relações Internacionais do Sistema OCB, representou o cooperativismo brasileiro de saúde em um workshop promovido pela ACI África sobre sistemas cooperativos no segmento.

A experiência despertou interesse entre lideranças africanas, especialmente em relação ao modelo desenvolvido pelo Sistema Unimed, reconhecido como uma das mais exitosas experiências cooperativistas de saúde do mundo. meio da cooperação.

Unimed Norte Fluminense
Cooperativa de Trabalho Médico
CNPJ. 30.417.661/0001-88
NIRE 33.4.0001148-1

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
MODALIDADE PRESENCIAL

Pelo presente edital, ficam convocados os 246 (Duzentos e quarenta e seis) médicos cooperados da Unimed do Norte Fluminense, em condições de votar, para reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária, no dia 29 de junho de 2026, na sede da Cooperativa situada à Rua 10 de Maio, 254 – Centro - 4º andar, Itaperuna-RJ, às **17:00** (dezesete) horas, em **1ª Convocação** com a presença de 2/3 dos cooperados; não havendo “quórum” para instalação, ficam desde já convocados para a **2ª Convocação às 18:00** (dezoito) horas, com a presença de metade mais 01 dos Cooperados; persistindo a falta de “quórum”, a Assembleia realizar-se-á em **3ª e última convocação às 19:00** (dezenove) horas, com o mínimo de 10 (dez) cooperados para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia:

- 1- Reforma do Estatuto Social em cumprimento das deliberações da Convenção do Sistema Unimed.

Nota: Conforme artigo 39- §2º- São necessários os votos de 2/3 (dois terços) dos presentes na Assembleia Geral com direito a voto, para tornar válidas as deliberações de que trata este artigo.

PAULO FERNANDO BASTOS
Assinado de forma digital por
PAULO FERNANDO BASTOS
FREIRE:70837627753
Dados: 2026.06.18 16:38:01
_03'00'

Itaperuna, 19 de junho de 2026
Dr. Paulo Fernando Bastos Freire
Presidente